



Filosofia Moderna - Iluminismo e Contratualismo

01 - (Unicamp) “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.”

(Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*. [1762]. São Paulo: Ed. Abril, 1973, p. 28,36.)

Sobre *Do Contrato Social*, publicado em 1762, e seu autor, é correto afirmar que:

- a) Rousseau, um dos grandes autores do Iluminismo, defende a necessidade de o Estado francês substituir os impostos por contratos comerciais com os cidadãos.
- b) A obra inspirou os ideais da Revolução Francesa, ao explicar o nascimento da sociedade pelo contrato social e pregar a soberania do povo.
- c) Rousseau defendia a necessidade de o homem voltar a seu estado natural, para assim garantir a sobrevivência da sociedade.
- d) O livro, inspirado pelos acontecimentos da Independência Americana, chegou a ser proibido e queimado em solo francês.

02 - (Unicamp) “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.”

(Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*. [1762]. São Paulo: Ed. Abril, 1973, p. 28,36.)

No trecho apresentado, o autor

- a) argumenta que um corpo político existe quando os homens encontram-se associados em estado de igualdade política.
- b) reconhece os direitos sagrados como base para os direitos políticos e sociais.
- c) defende a necessidade de os homens se unirem em agregações, em busca de seus direitos políticos.
- d) denuncia a prática da escravidão nas Américas, que obrigava multidões de homens a se submeterem a um único senhor.

03 - (Enem) O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que

- a) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
- b) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
- c) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
- d) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
- e) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.

04 - (Unesp) Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. [...] um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia [...]. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de *cidade* e, hoje, o de *república* ou de *corpo político*, o qual é chamado por seus membros de *Estado* [...].

(Jean-Jacques Rousseau. *Os pensadores*, 1983.)

O texto, produzido no âmbito do Iluminismo francês, apresenta a doutrina política do

- a) coletivismo, manifesto na rejeição da propriedade privada e na defesa dos programas socialistas de estatização.
- b) humanismo, presente no projeto liberal de valorizar o indivíduo e sua realização no trabalho.
- c) socialismo, presente na crítica ao absolutismo monárquico e na defesa da completa igualdade socioeconômica.
- d) corporativismo, presente na proposta fascista de unir o povo em torno da identidade e da vontade nacional.
- e) contratualismo, manifesto na reação ao Antigo Regime e na defesa dos direitos de cidadania.

05 - (Unesp) Do nascimento do Estado moderno até a Revolução Francesa, ou seja, do século XVI aos fins do século XVIII, a filosofia política foi obrigada a reformular grande parte de suas teses, devido às mudanças ocorridas naquele período. O que se buscou na modernidade iluminista foi fortalecer a filosofia em uma configuração contrária aos dogmas políticos que reforçavam a crença em uma autoridade divina.

(Thiago Rodrigo Nappi. "Tradição e inovação na teoria das formas de governo: Montesquieu e a ideia de despotismo". In: *Historiæ*, vol. 3, no 3, 2012. Adaptado.)

O filósofo iluminista Montesquieu, autor de *Do espírito das leis*, criticou o absolutismo e propôs

- a) a divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário.
- b) a restauração de critérios metafísicos para a escolha de governantes.
- c) a justificativa do despotismo em nome da paz social.
- d) a obediência às leis costumeiras de origem feudal.
- e) a retirada do poder político do povo.

06 - (Uece) Atente para o seguinte trecho de um artigo de jornal: "Segundo o coordenador do Setor de Ciências Naturais e Sociais da Unesco no Brasil, Fabio Eon, os direitos humanos estão sendo alvo de uma onda conservadora que trata a expressão como algo politizado. — 'Existe hoje uma tendência a enxergar

direitos humanos como algo ideológico, o que é um equívoco. Os direitos humanos não são algo da esquerda ou da direita. São de todos, independentemente de onde você nasceu ou da sua classe social. É importante enfatizar isso para frear essa onda conservadora' — ressalta Eon, que sugere um remédio para o problema: — 'Precisamos promover uma cultura de direitos humanos'".

Disponível em: *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/os-direitos-humanos-nao-sao-da-esquerda-ou-da-direita-sao-de-todos-23088573>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1948. Já a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada durante a primeira fase da Revolução Francesa, pela Assembleia Nacional Constituinte.

No que diz respeito à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, é correto afirmar que

- a) apesar de ser um documento revolucionário moderno, tem suas premissas filosóficas no pensamento político de Aristóteles.
- b) é de inspiração hobbesiana, tendo seus primórdios nos inícios do Estado moderno.
- c) é de inspiração iluminista e liberal, sob influência de grandes pensadores do século XVIII, tais como Locke e Rousseau.
- d) é de inspiração marxista, no influxo dos grandes movimentos grevistas e reivindicatórios que aconteceram na França durante o século XIX.

07 - (Enem) TEXTO I

Eu queria movimento e não um curso calmo da existência. Queria excitação e perigo e a oportunidade de sacrificar-me por meu amor. Sentia em mim uma superabundância de energia que não encontrava escoadouro em nossa vida.

TOLSTÓI, L. Felicidade familiar. Apud KRAKAUER, J. *Na natureza selvagem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TEXTO II

Meu lema me obrigava, mais que a qualquer outro homem, a um enunciado mais exato da verdade; não sendo suficiente que eu lhe sacrificasse em tudo o meu interesse e as minhas simpatias, era preciso sacrificar-lhe também minha fraqueza e minha natureza tímida. Era preciso ter a coragem e a força de ser sempre verdadeiro em todas as ocasiões.

ROUSSEAU, J.-J. *Os devaneios do caminhante solitário*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Os textos de Tolstói e Rousseau retratam ideais da existência humana e defendem uma experiência

- a) lógico-racional, focada na objetividade, clareza e imparcialidade.

- b) místico-religiosa, ligada à sacralidade, elevação e espiritualidade.
- c) sociopolítica, constituída por integração, solidariedade e organização.
- d) naturalista-científica, marcada pela experimentação, análise e explicação.
- e) estético-romântica, caracterizada por sinceridade, vitalidade e impulsividade.

08 - (Uel) Leia o texto a seguir.

Por que só o homem é suscetível de tornar-se imbecil? [...] O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Lourdes Santos Machado, 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp. 243; 259.

Com base nos conhecimentos sobre sociedade civil, propriedade e natureza humana no pensamento de Rousseau, assinale a alternativa correta.

- a) A instauração da propriedade decorre de um ato legítimo da sociedade civil, na medida em que busca atender às necessidades do homem em estado de natureza.
- b) A instauração da propriedade e da sociedade civil cria uma ruptura radical do homem consigo mesmo e de distanciamento da natureza.
- c) A fundação da sociedade civil é legitimada pela racionalidade e pela universalidade do ato de instauração da propriedade privada.
- d) O sentimento mais primitivo do homem, que o leva a instituir a propriedade, é o reconhecimento da necessidade da propriedade para garantir a subsistência.
- e) A sociedade civil e a propriedade são expressões da perfectibilidade humana, ou seja, da sua capacidade de aperfeiçoamento.

09 - (Uece) Três pensadores modernos marcaram a reflexão sobre a questão política: Hobbes, Locke e Rousseau. Um ponto comum perpassa o pensamento desses três filósofos a respeito da política: a origem do Estado está no contrato social. Partem do princípio de que o Estado foi constituído a partir de um contrato firmado, entendendo o contrato como um acordo. Portanto, o Estado deve ser gerado a partir do consenso entre as pessoas em torno de alguns elementos essenciais para garantir a existência social. Todavia, há nuances entre eles.

Considerando o enunciado acima, atente para o que se diz a seguir e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- () Em comum, esses pensadores buscavam justificar reformas do Estado para limitar o poder despótico dos monarcas absolutos.
- () Para Hobbes, o contrato social é a renúncia dos direitos individuais ao soberano em nome da paz civil.
- () Para Locke, o contrato social é a renúncia parcial dos direitos naturais em favor da liberdade e da propriedade.
- () Para Rousseau, contrato social é a transferência dos direitos individuais para a vontade geral em favor da liberdade e da igualdade civis.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) F, V, F, V.
- b) V, F, V, F.
- c) V, F, F, F.
- d) F, V, V, V.

10 - (Ufu) Com relação à noção de estado de natureza, que é o estado em que os seres humanos se achavam antes da formação da sociedade, podem-se identificar, na filosofia política moderna, três tendências:

1. Os seres humanos são naturalmente egoístas e, no estado de natureza, se achavam numa guerra de todos contra todos daí que, por medo uns dos outros, aceitam renunciar à liberdade e constituir um Soberano, o estado, que garanta a paz.
2. Não é por medo uns dos outros, e sim para garantir o direito à propriedade e à segurança que os seres humanos consentem em criar uma autoridade que possa tornar isso possível.
3. No estado de natureza, os seres humanos eram felizes e foi o advento da propriedade privada e da sociedade civil que tornou alguns escravos de outros.

Podem-se atribuir essas três concepções, respectivamente, a

- a) Hobbes, Rousseau e Maquiavel.
- b) Hobbes, Locke e Rousseau.
- c) Maquiavel, Hobbes e Locke.
- d) Rousseau, Maquiavel e Locke.

11 - (Enem) Numa época de revisão geral, em que valores são contestados, reavaliados, substituídos e muitas vezes recriados, a crítica tem papel preponderante. Essa, de fato, é uma das principais características das Luzes, que, recusando as verdades ditadas por autoridades submetem tudo ao crivo da crítica.

KANT, I. O julgamento da razão. In: ABRÃO, B. S. (Org.) *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O iluminismo tece crítica aos valores estabelecidos sob a rubrica da autoridade e, nesse sentido, propõe

- a) a defesa do pensamento dos enciclopedistas que, com seus escritos, mantinham o ideário religioso.
- b) o estímulo da visão reducionista do humanismo, permeada pela defesa de isenção em questões políticas e sociais.
- c) a consolidação de uma visão moral e filosófica pautada em valores condizentes com a centralização política.
- d) a manutenção dos princípios da metafísica, dando vastas esperanças de emancipação para a humanidade.
- e) o incentivo do saber, eliminando superstições e avançando na dimensão da cidadania e da ciência.

12 - (Ufsm) Sem leis e sem Estado, você poderia fazer o que quisesse. Os outros também poderiam fazer com você o que quisessem. Esse é o “estado de natureza” descrito por Thomas Hobbes, que, vivendo durante as guerras civis britânicas (1640-60), aprendeu em primeira mão como esse cenário poderia ser assustador. Sem uma autoridade soberana não pode haver nenhuma segurança, nenhuma paz.

Fonte: LAW, Stephen. *Guia Ilustrado Zahar: Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Considere as afirmações:

- I. A argumentação hobbesiana em favor de uma autoridade soberana, instituída por um pacto, representa inequivocamente a defesa de um regime político monarquista.
- II. Dois dos grandes teóricos sobre o estado de natureza”, Hobbes e Rousseau, partilham a convicção de que o afeto predominante nesse “estado” é o medo.
- III. Um traço comum da filosofia política moderna é a idealização de um pacto que estabeleceria a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

13 - (Uel) Leia o texto a seguir.

A questão não está mais em se um homem é honesto, mas se é inteligente. Não perguntamos se um livro é proveitoso, mas se está bem escrito. As recompensas são prodigalizadas ao engenho e ficam sem glórias as virtudes. Há mil prêmios para os belos discursos, nenhum para as belas ações.

(ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre as ciências e as artes*. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.348. Coleção Os Pensadores.)

O texto apresenta um dos argumentos de Rousseau à questão colocada em 1749, pela Academia de Dijon, sobre o seguinte problema: *O restabelecimento das Ciências e das Artes terá contribuído para aprimorar os costumes?*

Com base nas críticas de Rousseau à sociedade, assinale a alternativa correta.

- a) As artes e as ciências geralmente floresceram em sociedades que se encontravam em pleno vigor moral, em que a honra era a principal preocupação dos cidadãos.
- b) A emancipação advém da posse e do consumo exclusivo e diferenciado de bens de primeira linha, uma vez que o luxo concede prestígio para quem o possui.
- c) Os envolvidos com as ciências e as artes adquirem, com maior grau de eficiência, conhecimentos que lhes permitem perceber a igualdade entre todos.
- d) O amor-próprio é um sentimento positivo por meio do qual o indivíduo é levado a agir moralmente e a reconhecer a liberdade e o valor dos demais.
- e) O objetivo das investigações era atingir celebridade, pois os indivíduos estavam obcecados em exhibir-se, esquecendo-se do amor à verdade.

14 - (Enem) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

15 - (Espm) Os textos abaixo referem-se a pensadores cujas obras e ideias exerceram forte influência em importantes eventos ocorridos nos séculos XVII e XVIII. Leia-os e aponte a alternativa que os relaciona corretamente a seus autores:

I. “O filósofo desenvolveu em seus *Dois Tratados Sobre Governo* a ideia de um Estado de base contratual. Esse contrato imaginário entre o Estado e os seus cidadãos teria por objeto garantir os direitos naturais do homem, ou seja, liberdade, felicidade e prosperidade. A maioria tem o direito de fazer valer seu ponto de vista e, quando o Estado não cumpre seus objetivos e não assegura aos cidadãos a possibilidade de defender seus direitos naturais, os cidadãos podem e devem pegar em armas contra seu soberano para assegurar um contrato justo e a defesa da propriedade privada”.

II. “O filósofo propôs um sistema equilibrado de governo em que haveria a divisão de poderes (legislativo, executivo e judiciário). Em sua obra *O Espírito das Leis* alegava que tudo estaria perdido se o mesmo homem ou a mesma corporação exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar e o de julgar os crimes ou as desavenças dos particulares.

Afirmava que só se impede o abuso do poder quando pela disposição das coisas só o poder detém o poder”.

- a) I – John Locke; II – Voltaire;
- b) I – John Locke; II – Montesquieu;
- c) I – Rousseau; II – John Locke;
- d) I – Rousseau; II – Diderot;
- e) I – Montesquieu; II – Rousseau.

16 - (Uff) De acordo com o filósofo iluminista Montesquieu, no livro clássico *O Espírito das Leis*, quando as mesmas pessoas concentram o poder de legislar, de executar e de julgar, instaura-se o despotismo, pois, para que os cidadãos estejam livres do **abuso de poder**, é preciso que “o poder freie o poder”.

Identifique a sentença que melhor resume esse pensamento de Montesquieu.

- a) Para que a sociedade seja bem governada é necessário que uma só pessoa disponha do poder de legislar, agir e julgar.
- b) A separação dos poderes enfraquece o Estado e toma a sociedade vulnerável aos ataques de seus inimigos.
- c) A separação e independência entre os poderes é uma das condições fundamentais para que os cidadãos possam exercer sua liberdade.
- d) A sociedade melhor organizada é aquela em que o executivo goza de poder absoluto.
- e) As mesmas pessoas podem concentrar o poder, desde que sejam bem intencionadas.

17 - (Enem) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- a) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

18 - (Upe) A Idade Moderna se caracterizou, no plano filosófico-cultural, por um projeto iluminista: tudo o que se faz é feito com a convicção de que as luzes da razão natural iluminam os homens, eliminando as trevas da ignorância.

(SEVERINO, Antonio Joaquim. *Filosofia*, 1994, p. 61).

Coloque V nas afirmativas verdadeiras e F nas falsas referentes ao Projeto Iluminista e à Filosofia Moderna.

() A expressão ‘as luzes’ foi preparada nos séculos anteriores com o racionalismo cartesiano, a revolução científica, o processo de laicização da política e da moral.

() Tomaremos como Idade Moderna o período que se inicia com o Renascimento e vai até a primeira década do século XIX. Esse foi um período de conflitos intelectuais, intenso movimento artístico e muitas crises.

() A filosofia moderna se caracterizou pela preocupação com as questões do conhecer, capazes de produzir a nova ciência, ou seja, recursos que pudessem proporcionar a passagem da especulação metafísica para as explicações experimentais.

() O empirismo é, juntamente com o racionalismo, uma das grandes correntes formadoras da filosofia moderna.

() A filosofia moderna desenvolve uma visão metafísica do mundo e do homem, com base na nova perspectiva de abordagem do real: o modo metafísico de pensar, sem dúvida, é o primeiro fruto do projeto iluminista da Modernidade.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) V, F, V, V, V.
- b) V, V, V, V, F.
- c) F, V, V, F, F.
- d) F, F, V, F, V.
- e) V, V, V, F, V.

19 - (Uel) 90 milhões em ação, pra frente, Brasil, do meu coração.

Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil, salve a seleção.
De repente é aquela corrente pra frente.

Parece que todo o Brasil deu a mão.

Todos ligados na mesma emoção.

Tudo é um só coração.

Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil, Brasil,

Salve a seleção.

(Canção: *Pra frente Brasil/ Copa 1970*. Autor: Miguel Gustavo)

Na obra “Resposta à questão: o que é o esclarecimento?”, Kant discute conceitos como uso público e privado da razão e a superação da menoridade.

À luz do pensamento kantiano, o fenômeno contemporâneo do uso político dos eventos esportivos

- a) torna o indivíduo dependente, já que a sua menoridade impede o esclarecimento e a possibilidade de pensar por si próprio.
- b) forma o indivíduo autônomo, uma vez que amplia a sua capacidade de fazer uso da própria razão para agir autonomamente.
- c) impede que o indivíduo pense de forma restrita, pois, mesmo estando cercado por tutores, facilmente rompe com a menoridade.
- d) proporciona esclarecimento político das massas, pois tais eventos promovem o aprendizado crítico mediante a afirmação da ideia de nacionalidade.
- e) confere liberdade às massas para superar a dependência gerada pela aceitação da tutela de outrem.

20 - (Ueg) No século XIX, influenciados pelo Romantismo, muitos intelectuais brasileiros idealizaram a cultura indígena, considerando-a como autêntica representante do nacionalismo brasileiro. Em termos filosóficos, essa valorização do indígena foi influenciada pelo pensamento do filósofo

- a) Thomas Hobbes, autor da frase “o homem é o lobo do homem”, que valorizava o comportamento típico de tribos selvagens.
- b) Santo Agostinho, que, por meio do “livre arbítrio”, acreditava que as sociedades selvagens eram capazes de alcançar a graça divina.

c) Montesquieu, que se inspirou na organização social dos indígenas para elaborar a famosa teoria dos “três poderes”.

d) Jacques Rousseau, que elaborou a teoria do “bom selvagem”, defendendo a pureza das sociedades primitivas.

21 - (Unioeste) “A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça dando às suas ações a moralidade que antes lhes faltava. É só então que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aí levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir baseado em outros princípios e a consultar e ouvir a razão antes de ouvir suas inclinações. Embora nesse estado se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se exercem e se desenvolvem, suas ideias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda sua alma se eleva a tal ponto que (...) deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem”.

Rousseau.

Com base no texto, seguem as seguintes afirmativas:

- I. A mudança significativa que ocorre para o homem, na passagem do estado natural para o estado civil, é a de que o homem passa a conduzir-se pelos instintos, como um “animal estúpido e limitado”.
- II. A conduta do homem, no estado natural, é baseada na justiça e na moralidade e em conformidade com princípios fundados na razão.
- III. Ao ingressar no estado civil, na sua conduta, o homem substitui a justiça pelo instinto e apetite, orientando-se, apenas, pelas suas inclinações e não pela “voz do dever” e sem “ouvir a razão”.
- IV. Com a passagem do estado de natureza para o estado civil, o homem passa a agir baseado em princípios da justiça e da moralidade, orientando-se antes pela razão do que pelas inclinações.
- V. Com a passagem do estado de natureza para o estado civil, o homem obtém vantagens que o faz um “ser inteligente e um homem”, obtendo, assim a “liberdade civil”, submetendo-se, apenas, “à lei que prescrevemos a nós mesmos”.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas I e V estão corretas.
- d) Apenas IV e V estão corretas.
- e) Apenas II e V estão corretas.

22 - (Uff) José Bonifácio de Andrada e Silva, homem público e cientista respeitado na Europa, desempenhou papel decisivo no processo de emancipação do Brasil. De ideias avançadas, defendeu a extinção do escravismo, a valorização da pequena e da média propriedade, o uso racional dos recursos naturais e a tese pioneira da preservação do meio ambiente. Ele achava que a finalidade última da ciência é contribuir para o bem da humanidade de modo racional e eficiente.

As ideias que influenciaram diretamente a formação intelectual e política de José Bonifácio estão contidas no

- a) Naturalismo.
- b) Iluminismo.
- c) Renascimento.
- d) Socialismo.
- e) Jacobinismo.

23 - (Uncisal) No século XVIII, ocorreu na Europa um movimento filosófico denominado Iluminismo, que se caracterizou pela confiança no poder da razão para a resolução dos problemas sociais. Alguns filósofos iluministas eram céticos e materialistas, e por isso opunham-se à tradição representada pela Igreja Católica. A Revolução Francesa e movimentos de independência, como a Inconfidência Mineira, foram acontecimentos históricos fortemente influenciados pelo Iluminismo.

Assinale a alternativa que caracteriza, corretamente, esse importante movimento filosófico.

- a) O Iluminismo foi um movimento filosófico despolitizado.

b) O termo “Iluminismo” justifica-se pela confiança na luz da razão em oposição às trevas da ignorância.

c) Esse movimento intelectual não apresentou repercussões no Brasil.

d) Os filósofos iluministas eram dogmáticos.

e) A filosofia iluminista caracterizou-se pela crítica a ideais universalistas como liberdade, igualdade e fraternidade.

24 - (Ufpa) “A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. (...). Os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei.”

(ROSSEAU, J.J. *Do Contrato social*, São Paulo, Abril Cultural, 1973, livro III, cap. XV, p. 108-109)

Rousseau, ao negar que a soberania possa ser representada preconiza como regime político:

a) um sistema misto de democracia semidireta, no qual atuariam mecanismos corretivos das distorções da representação política tradicional.

b) a constituição de uma República, na qual os deputados teriam uma participação política limitada.

c) a democracia direta ou participativa, mantida por meio de assembleias frequentes de todos os cidadãos.

d) a democracia indireta, pois as leis seriam elaboradas pelos deputados distritais e aprovadas pelo povo.

e) um regime comunista no qual o poder seria extinto, assim como as diferenças entre cidadão e súdito.

notas

Gabarito:

Questão 1: B

Rousseau, um dos teóricos mais importantes do Iluminismo, apresenta uma teoria baseada no contrato social entre os homens e na igualdade natural entre todos eles. Seu pensamento apresenta uma crítica ao Antigo Regime, inspirando ideais que culminaram na Revolução Francesa.

Questão 2: A

Rousseau enxerga no contrato social o estabelecimento e a garantia da liberdade civil. Nesse sentido, ele rejeita tanto um governo que subjuguje os homens, quanto as agregações que se originam dessa subjugação por não se constituírem como corpo político. Deve-se considerar que os direitos políticos e sociais, para Rousseau, não são baseados em direitos sagrados, sendo, na verdade, originados da associação igualitária entre os homens, por meios do Contrato Social.

Questão 3: A

Somente a alternativa A está correta. O homem civil, segundo o texto de Rousseau, corresponde àquele que, desviando-se de sua própria natureza, se torna um indivíduo relacional à comunidade política, uma parte do todo.

Se fizéssemos um exercício de completa abstração e pensássemos unicamente a partir do ponto de vista do “homem natural”, então poderíamos dizer que a sua “transformação” em homem civil seja um desvio. Porém, Rousseau não dá a entender que tal passagem para a vida civil seja simplesmente um artifício, um desvio da rota natural. Segundo um trecho de sua obra, *Contrato Social*, a passagem é inevitável para a própria conservação do homem e, portanto, um tanto natural, isto é, ela se cria pelo movimento da própria natureza do homem.

“Esse estado primitivo não pode mais subsistir, e o gênero humano pereceria se não mudasse sua maneira de ser. Ora, como é impossível aos homens engendrar novas forças, mas apenas unir e dirigir as existentes, não lhes resta outro meio para se conservarem senão formar, por agregação, uma soma de forças que possa vencer a resistência, pô-los em movimento por um único móbil e fazê-los agir em concerto”.

(J-J. Rousseau. **Contrato social**. In Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 602).

Questão 4: E

Rousseau está entre os pensadores classificados como “contratualistas”, haja vista que a teoria filosófica política formulada por ele se baseia no estabelecimento de um contrato social como fundamento da organização política da vida coletiva, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos e a finalidade e os limites das instituições políticas. Essa produção se dá no contexto histórico de reação contra o Antigo Regime, baseado nas monarquias absolutistas modernas.

Questão 5: A

Montesquieu, em sua obra “Do espírito das leis”, propõe a divisão dos poderes no Sistema de tripartição, no qual o Poder Legislativo seria a instância responsável pela elaboração, aperfeiçoamento ou revogação das leis; o Poder Executivo se ocuparia da execução das leis e da garantia da segurança; e o Poder Judiciário teria a atribuição de fiscalizar a ordem, julgando os litígios. Para Montesquieu, essa divisão de poderes tem como objetivo evitar a concentração dos poderes, o que tenderia ao abuso de poder.

Questão 6: C

Os direitos estabelecidos como fundamentais para todos os indivíduos foram concebidos por novas correntes filosóficas surgidas no século XVIII. Estes direitos foram reconhecidos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no contexto da Revolução Francesa de 1789, movimento revolucionário de base liberal e iluminista. O pensamento iluminista liberal, dos quais Rousseau e Locke são importantes representantes, defende a garantia constitucional da dignidade humana, a partir da determinação de direitos invioláveis que evitariam o abuso de poder e as injustiças cometidas contra os indivíduos.

Questão 7: E

A forma de vida defendida tanto por Rousseau quanto por Tolstói está vinculada a uma experiência estético-romântica, na medida em que valoriza atributos como a sinceridade, a impulsividade e a coragem. Essa valorização das paixões humanas é característica do Romantismo e oposta ao racionalismo iluminista. É interessante notar que Rousseau é um filósofo iluminista, mas que já apresenta características românticas, conforme mostrado no trecho trazido pela questão. Nesse sentido, o resgate da ideia do “bom selvagem” realizada por Rousseau será retomada pelos

pensadores do Romantismo. No Brasil, os indígenas são vistos de modo idealizado na literatura romântica. Na Europa, há uma idealização do passado medieval, com fortes traços estéticos.

Questão 8: B

A. Incorreta: A propriedade não resulta de um ato da sociedade civil, sendo antes o ato de inauguração da própria sociedade civil. Além disso, a instauração da propriedade não busca satisfazer necessidades naturais, e sim busca satisfazer o excesso, tudo aquilo que no humano excede o natural. Estado de natureza e sociedade civil são conceitos antagônicos.

B. Correta: Para Rousseau, a condição biológica e espiritual natural, na qual o homem existiria antes do surgimento da sociedade civil, caracteriza o seu estado de natureza, no qual as ações humanas estariam baseadas nos seus instintos de sobrevivência, de modo que elas não seriam nem boas nem más, ou seja, não seriam guiadas a partir de uma moral. A passagem da condição natural para a condição social, segundo Rousseau, teria ocasionado a corrupção da pureza humana característica da primeira condição, levando ao surgimento de novas necessidades para a manutenção da vida coletiva, como a adequação das ações humanas a um padrão de comportamento social, vinculado a uma moral, criando uma ruptura radical do indivíduo com o seu estado natural, afastando-o do mesmo. O homem deixa de ser um todo individual e passa a ser parte do corpo social.

C. Incorreta: Se para Rousseau a sociedade civil foi primitivamente fundada na propriedade e se a fundação da propriedade é ilegítima, resultando de astúcia, coerção ou força, o ato de instauração da propriedade privada não é legitimado racionalmente. Não há legitimação racional possível de algo fundado em arbítrio privado, razão pela qual também não é possível sustentar sua suposta universalidade, tendo em vista que as motivações são particulares.

D. Incorreta: Para Rousseau, “O primeiro sentimento do homem foi o de sua existência, sua primeira preocupação a de sua conservação” (ROUSSEAU, *Discurso sobre a origem e os fundamentos...* p. 260). Assim, a defesa incondicional e irrestrita da propriedade como um fato inerente à própria natureza humana já expressa uma perversão da própria compreensão da natureza humana. Antes de pensar: “isso é meu”, o homem sente: “eu existo”. Além disso, uma parte significativa disso que chamamos “necessidades” resulta, não de uma disposição natural, e sim do arbítrio, do supérfluo, instaurado justamente pelo excesso produzido pela propriedade privada.

E. Incorreta: A instauração da propriedade e da sociedade civil subverterão, irremediavelmente, o

estado de natureza do homem. Portanto, a instauração da sociedade civil e da propriedade privada não expressa a perfectibilidade humana, mas um modo de decadência e corrupção do homem.

Questão 9: D

O primeiro item apresenta uma afirmação falsa, haja vista que, para Hobbes, o poder despótico se justificava, pois só a partir de um governo autoritário se poderia garantir a ordem e a segurança dos cidadãos. Para esse pensador, diferentemente dos outros dois, o estabelecimento de um contrato social efetivo nesse sentido só seria possível quando os cidadãos renunciassem aos seus direitos em prol do Estado, de modo que o segundo item é verdadeiro. Já para Locke, essa renúncia se dá apenas parcialmente, com a finalidade da garantia dos direitos naturais à propriedade e à liberdade, como apontado corretamente pelo terceiro item. No pensamento de Rousseau, o contrato social seria a expressão da vontade geral que, a partir da garantia da liberdade e da igualdade civil, garantiria a manutenção desses direitos fundamentais e a destituição de governos autoritários. Assim, o quarto item também está correto.

Questão 10: B

A primeira proposição apresenta uma ideia da natureza humana que condiz com o pensamento de Thomas Hobbes, segundo o qual os homens seriam naturalmente egoístas e violentos. Para ele, no estado de natureza, os conflitos de interesses levavam a um estado de guerra permanente em que não poderia haver a garantia de direitos, de maneira que os indivíduos se organizam em sociedade civil, abdicando da sua liberdade em prol de um Estado forte e autoritário que possibilite a vida em sociedade e garanta a paz.

A segunda proposição apresenta uma perspectiva em que a motivação para o advento da organização civil seria a necessidade de garantia de direitos que seriam naturais dos homens, como o direito à propriedade, à segurança e à vida, através da autoridade do Estado, ideia que está presente no pensamento político de John Locke.

Já na terceira proposição identificam-se as ideias do pensador francês Rousseau, segundo o qual a natureza humana seria naturalmente boa e o estado de natureza seria marcado, de um modo geral, pela harmonia, tendo os males sociais e as relações de desigualdade entre os homens se estabelecido a partir do advento da propriedade privada e da sociedade civil, corrompendo o homem, assim, de seu estado natural.

A proposição que corresponde as ideias aos respectivos pensadores é apresentada pela alternativa B.

Questão 11: E

O iluminismo foi um movimento filosófico que valorizava a razão como único princípio explicativo legítimo, estabelecendo uma crítica radical aos valores vigentes. A partir desse ideário, a proposta do movimento iluminista incluía a valorização do saber racional e do cientificismo contra as superstições da religião e contra a dominação do Antigo Regime (absolutismo). Nas palavras do próprio Kant, o iluminismo seria a maioria do indivíduo, pois defendia a autonomia do homem contra a dominação política e espiritual.

Questão 12: C

I. FALSO: A argumentação hobbesiana favorece qualquer estado absolutista que proteja a paz entre os cidadãos assegurando que as leis ordenadoras sempre prevaleçam, mesmo que o uso da força e da violência seja necessário. Todavia, para Hobbes a monarquia é o poder mais adequado, o soberano monarca é o governante ideal para o filósofo.

II. FALSO: Rousseau pensa distintamente de Hobbes, pois defende que o contrato é estabelecido devido ao constante aumento das desigualdades geradas por meio da criação da propriedade privada, no estado primordial da humanidade. Os homens, então, se juntam para que a vontade geral passe a direcionar nossas ações, garantindo assim que todos sejam efetivamente considerados na sua importância sem que as desigualdades acabem em dominação.

III. VERDADEIRO: Este tipo de teoria geral sobre a origem, a construção e o desenvolvimento de uma sociedade é bastante comum a partir dos primórdios da modernidade. Hobbes, Locke e Rousseau são geralmente os nomes mais reconhecidos vinculados à teoria do contrato social, porém não são os únicos.

Questão 13: E

Rousseau alega que os perigos das artes e das ciências provêm do fato de elas serem resultantes de nossos vícios. A astronomia provêm de nossa superstição; a eloquência de nossa ambição, ódio, bajulação e falsidade; geometria da avareza, física da nossa vã curiosidade; todas, até a filosofia moral, do nosso orgulho humano. E as próprias artes e ciências falham em contribuir qualquer coisa positiva para a moralidade. A ciência rouba tempo das atividades realmente importantes como: amor ao país, aos

amigos e aos menos afortunados. As artes incentivam o egocentrismo contaminando o artista com a mera vontade de ser aplaudido. A ciência falha em produzir qualquer conhecimento que guie o comportamento do homem na direção da virtude cívica, a ciência cria unicamente o desejo no homem pelo luxo e faz-se somente um meio para facilitar nossas vidas e transformá-las em algo mais prazeroso, porém não moralmente melhor. As artes promovem a competição e a necessidade de ser superior ao próximo, as artes fazem a sociedade enfatizar os talentos em vez das virtudes como a coragem, a generosidade e a temperança.

Rousseau, portanto, uma crítica à sociedade que valoriza mais a aparência do que o conteúdo das pessoas, conforme podemos perceber no trecho *“Há mil prêmios para os belos discursos, nenhum para as belas ações.”*

Questão 14: D

O equilíbrio de poder é necessário, para que não ocorra abusos, e a disposição das instituições deve se dar de tal maneira que os poderes se equilibrem e sejam capazes de se limitarem uns aos outros. São livres, apenas os estados moderados, pois neles os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário se contrapõem garantindo a integridade e autonomia de cada um, e a liberdade de todos os cidadãos.

Questão 15: B

John Locke (1632-1704) é considerado o patrono do liberalismo clássico. O liberalismo é uma corrente de pensamento que promove a liberdade da sociedade civil, exigindo que o governo seja limitado constitucionalmente, que as liberdades individuais sejam garantidas, que a expressão do cidadão seja livre, que o mercado não seja regulado pelo governo, que a propriedade privada seja garantida, etc. Essas ideias estão contidas na obra *Dois Tratados Sobre Governo* de John Locke.

Montesquieu (1689-1755) é um filósofo político cuja obra *O Espírito das Leis* formula uma teoria sobre a tripartição dos poderes (executivo, judiciário e legislativo). Segundo esta teoria os poderes estariam separados, e seriam interdependentes. Assim se buscava resolver o problema do abuso do poder, que leva à tirania. Montesquieu defendeu que nenhum homem deveria concentrar as três atribuições básicas do Estado: fazer as leis; executar as leis; e julgar as disputas entre os cidadãos. Desse modo, cada poder (legislativo, executivo e judiciário) constituiria um limite ao outro e, assim, não haveria abuso nem concentração de poderes nas mãos de um só homem ou de uma só assembleia.

Questão 16: C

Montesquieu (1689-1755) é um filósofo político cuja obra *O Espírito das Leis* formula uma teoria sobre a tripartição dos poderes (executivo, judiciário e legislativo). Segundo esta teoria os poderes estariam separados, e seriam interdependentes. Assim se buscava resolver o problema do abuso do poder, que leva à tirania. Montesquieu defendeu que nenhum homem deveria concentrar as três atribuições básicas do Estado: fazer as leis; executar as leis; e julgar as disputas entre os cidadãos. Desse modo, cada poder (legislativo, executivo e judiciário) constituiria um limite ao outro e, assim, não haveria abuso nem concentração de poderes nas mãos de um só homem ou de uma só assembleia.

A tripartição dos poderes que defende ainda hoje vigora na Constituição da grande maioria dos países democráticos.

Questão 17: B

Para Montesquieu, a liberdade civil não consiste em poder fazer tudo aquilo que se deseja, mas em submeter-se a leis criadas por instituições democráticas. Assim, o cidadão livre é aquele que possui a liberdade de escolher seus representantes e participar da elaboração das leis a que estará submetido pelo Contrato Social. A liberdade civil, portanto, consiste em poder fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. Isso fica claro no trecho: “A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem”.

Questão 18: B

Todas as afirmativas, com exceção da última, estão corretas acerca da modernidade e do iluminismo. A visão metafísica do mundo já existia nos primórdios da Filosofia, muitos filósofos iluministas combateram o estudo da metafísica, por considerarem um conhecimento sem bases empíricas e epistemológicas. Embora bastante diversos em suas teorias, os filósofos do iluminismo defendiam o uso da razão como fonte segura para o conhecimento e o progresso da humanidade. Também podemos citar como característica comum ao iluminismo o combate ao Antigo Regime, ou seja, ao absolutismo monárquico. Finalmente, a quarta afirmativa está correta ao identificar as correntes racionalista e empirista como formadoras da filosofia moderna. Embora ambas as correntes defendessem o uso da razão, os empiristas pregavam uma origem sensível (experimental) para todo conhecimento, enquanto os racionalistas acreditavam na existência de ideias inatas.

Questão 19: A

A. Correta: tendo como referência o texto de Kant, *o que é o esclarecimento?* pode-se afirmar que o uso político dos eventos esportivos torna o indivíduo dependente e o impede de tornar-se esclarecido e pensar por si próprio. A partir do momento em que um evento esportivo perde seu sentido próprio e assume outras funções, no caso servir para fins políticos, insere o indivíduo na menoridade, compreendida por Kant como a *“incapacidade de fazer uso do entendimento sem a direção de outro indivíduo”*.

B. Incorreta: como afirmado, se analisarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, não se pode afirmar que tal uso torna o indivíduo autônomo ou que, como decorrência, este terá ampliada sua capacidade de fazer uso da própria razão para agir autonomamente. O que ocorre é o contrário, uma vez que o indivíduo acabaria por se inserir cada vez mais na menoridade, ao ter suas opiniões e gostos definidos por outros.

C. Incorreta: ao contrário do que afirma a alternativa, se analisarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, chegaremos à conclusão de que o indivíduo se sentirá impedido de pensar de forma “alargada” e não de forma restrita. Da mesma forma, enfrentará enorme dificuldade para romper com a menoridade, sobretudo se estiver cercado de tutores. O papel desempenhado pelos tutores é o de manter os indivíduos na menoridade e dependentes e não o de estimular o pensamento ampliado e autônomo.

D. Incorreta: se pensarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, concluiremos que o que resulta de tal uso não é o esclarecimento das massas, mas sim o contrário, isto é, a consequência será a menoridade e a ausência de esclarecimento. Tais eventos também não promovem o aprendizado crítico mediante a afirmação da ideia de nacionalidade, pois se enquadram na propaganda de ideologias uniformizadoras.

E. Incorreta: o uso político dos eventos esportivos não confere liberdade às massas para superar a dependência gerada pela aceitação da tutela de outrem. A consequência será exatamente o oposto, isto é, menor liberdade às massas e maior dependência em relação aos outros, especialmente aos tutores que são guias dos demais indivíduos.

Questão 20: D

Embora comum em questões de prova, é muito simplista a relação direta entre a teoria do “bom selvagem” de Rousseau e a valorização do indígena na literatura brasileira do século XIX, especificamente, por

exemplo, José de Alencar. Isso porque ambos os lados perdem muitíssimo significado com a simplificação.

Primeiramente, Rousseau não defende exatamente o homem natural, o “bom selvagem”, pois este é apenas uma representação do homem no seu estado primitivo no qual inexistia sociedade. Além disso, sequer este homem (apenas ‘quase igual’ aos outros animais, pois possui diferentemente liberdade) pode ser dito factual – apesar de algumas das suas descrições, no **segundo discurso** (*O discurso sobre a origem da desigualdade*), sobre o desenvolvimento da linguagem, da tecnologia, etc. serem verossímeis, até demonstráveis.

Segundamente, José de Alencar não está preocupado, como Rousseau, com a origem da desigualdade, ou com o contrato social. O autor de *O Guarani* tem uma preocupação vinculada à nacionalidade brasileira, à fundação de uma identidade brasileira que unisse a civilização europeia ao nativo e libertasse essa nova nacionalidade.

Portanto, a similaridade entre ambos deve ser observada sob inúmeras ressalvas.

Questão 21: D

O contrato social marca a passagem do estado de natureza do homem para o estado civil. Com isso, o homem ganha a liberdade civil e submete-se apenas às leis que ajudou a elaborar. Se no estado de natureza o homem agia de acordo com seus instintos e inclinações, no estado civil passa a agir segundo princípios racionais de justiça e moralidade. As únicas afirmativas que estão de acordo com essa concepção de Rousseau são a IV e a V.

Questão 22: B

Antes de atuar no processo de Independência, José Bonifácio estudou por cerca de 30 anos na Europa, do fim do século XVII ao início do século XVIII. Ali, assistiu ao processo da Revolução Francesa e assim, assimilou muitos dos ideais iluministas do período.

Vale lembrar que o iluminismo se caracteriza pelo uso da razão e da ciência como fontes seguras para o conhecimento, além de se opor à dominação política característica do Antigo Regime. Esses dois aspectos fundamentais do iluminismo estão presentes na biografia de José Bonifácio, um cientista e racionalista que ajudou o Brasil a se livrar da dominação política de um estado absolutista europeu.

Questão 23: B

O conceito de Iluminismo advém da metáfora das luzes, ou seja, do conhecimento racional que se opõe às trevas da ignorância. Tal concepção não corresponde somente a uma formulação teórica, mas exerceu grande influência sobre movimentos políticos, religiosos e, sobretudo, ideológicos no período, inclusive no Brasil.

Longe de ser um movimento despolitizado, o Iluminismo propagou ideias de liberdade e autonomia não somente individual, por meio da razão, mas também política. Os filósofos iluministas foram críticos da dominação exercida pelos déspotas do Antigo Regime.

Questão 24: C

Para Rousseau o soberano é o povo, entendido como vontade geral, pessoal moral e coletiva livre e corpo político de cidadãos. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmos como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é o soberano, mas sim o representante da soberania popular. As decisões deveriam ser tomadas, portanto, diretamente pelo povo, reunido em assembleias, num modelo de democracia direta ou participativa.